

Como enfrentar a dívida externa

21 MAI 1984

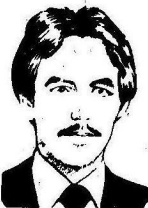
Edwaldo Almada de Abreu (*)

O grande desafio de todo país devedor não é quitar já sua dívida, mas comprovar capacidade e intenção de fazê-lo nos prazos contratados. Essa afirmação baseia-se no objetivo principal dos órgãos financeiros, qual seja, de girar sua mercadoria, o dinheiro, com riscos calculados.

Aliando esse pressuposto à realidade, concluímos pela geração de nossa solvência, através de saldos positivos no balanço de pagamentos e/ou do crescimento da exploração de nossas reservas de ouro, com liquidez internacionalmente reconhecida.

Com efeito, a estrutura da nossa dívida externa líquida mostra-nos um Brasil viável. A concentração de esforços vem gerando superávits na balança comercial (exportações menos importações). No balanço de serviços, porém, a forte necessidade de pagamentos, principalmente de juros, fretes, seguros e passagens, não nos permitirá auferir sobras tão cedo. Pagamento de juros, eis aí a rubrica com o âmago de nosso problema.

Contudo, o principal obstáculo apresenta-se no ba-



lanço de capitais, que envolve investimentos diretos, empréstimos e amortização da dívida. A gerência de ingressos de novos recursos pelo FMI e a falta de atratividade para novos investimentos, em decorrência da recessão nacional e internacional, fatalmente barrarão novos projetos, como os do passado, para obtermos superávits e refinanciamento da dívida.

Portanto, após esta simples análise, identificamos apenas a balança comercial como caminho para geração da nossa solvência e conseqüente restabelecimento do nosso conceito.

A instabilidade social, o grande volume de recursos emprestado aos países em desenvolvimento e a necessidade de os países desenvolvidos manterem-se na hegemonia, financiando programas de defesa e programas sociais, cada vez mais exigidos pelas respectivas sociedades, geram progressiva escassez de recursos, com reflexos diretos nas taxas de juros reais e na sua elevação a patamares sufocantes. Essa situação parece perdurar e até se agravar.

Por isso, todos os programas de substituição de importação e de apoio à exportação precisam ser encarados como uma necessidade primária de sobrevivência.

Possuímos um ótimo parque industrial, ocioso pela

recessão global. Exatamente, essa a esperança e única tábua de salvação! Se estivessemos no momento em produção à plena carga, que perspectiva favorável persistiria? Chorrarmos o leite derramado ou cruzarmos os braços não é alternativa. Tirarmos lição do passado, para não recairmos nos mesmos erros, isso sim é sensato. Agora nos restam as opções de outros povos: enfrentar a crise arduamente, de peito aberto, com austeridade e trabalho.

Essa situação estende-se às economias das multinacionais. Elas se sustentam em todos os países, deles dependem e simples arranhões poderão comprometer toda política de resultado, estabelecida em cada país devedor. Sem considerarmos uma possível degradação no relacionamento entre multinacional e governo. A solução desse problema envolve o interesse de todos, e não exclusivamente de devedores e credores. Há temores de que a moda da inadimplência pegue.

Proteccionismo tarifário às importações ou subsídios às exportações, suportados pelo governo, são práticas aplicadas e conhecidas de todos nós. Evidentemente, tais mecanismos interferem integral e diretamente no orçamento da União. Trazem conseqüências danosas para toda a

economia. O governo dispõe de três saídas para cobrir esses compromissos: emitir mais, aumentar os impostos e/ou tomar maiores recursos no mercado financeiro, elevando as taxas de inflação e de juros a níveis insuportáveis, penalizando a todos, mesmo a quem nada tem com o peixe.

Colocadas essas premissas, não podemos deixar de apresentar nossa sugestão. Consiste na criação de um incentivo direto ao exportador, com superávit em sua própria balança comercial. Como? Através de um fundo administrado pelo governo, que alocaria recursos dos importadores, mediante pagamento de determinada remuneração aos exportadores. Essa renda teria dupla finalidade: incentivar o exportador a gerar cada vez mais excedentes e, com ônus diferenciado pela essencialidade do produto, viabilizar a criação de um fundo de pesquisa, absorção de tecnologia e fomento à substituição de importação. Afinal, para se importar hoje, tem de haver exportação, pois outras fontes são praticamente impossíveis. Passamos a depender exclusivamente de nós. Os resultados seriam de inibição das importações por via econômica e ganho financeiro direto sobre o superávit interno de cada exportador, com reflexos positivos e imediatos

na balança comercial. Uma vantagem subsidiária seria a limitação automática das importações à disponibilidade de superávits.

Na hipótese da indisponibilidade ou de maior vantagem, o importador poderia fazer suas encomendas a prazos e custos compatíveis com financiamentos externos, assumindo o compromisso de pagá-los com o crescimento das suas exportações.

Alguém poderia dizer que esse mecanismo é basicamente o que ocorre na atualidade. Permitam-nos discordar. Hoje os exportadores ganham incentivos para exportar, mas não são despertados economicamente para importar menos, e é esta a base da sugestão. Remunerando os seus excedentes, individualmente, os exportadores se preocuparão mais em substituir suas importações, desenvolver e/ou absorver novas tecnologias.

E, finalmente, o governo contribuiria diretamente com isenção do Imposto de Renda na pessoa jurídica sobre esse ganho do exportador. Assim, teríamos mais um incentivo interno direto para incrementar as exportações e inibir as importações para alavancar nossa economia e pagar nossos compromissos.

(*) Administrador de empresas e contador.